

Governo refaz déficit público

A meta para o déficit do setor público em 1983 foi novamente alterada, segundo se pode depreender da Carta Suplementar de Intenção encaminhada pelo Brasil ao Fundo Monetário International (FMI), revelou um colaborador do ministro do Planejamento, Delfim Netto. Informou ele que a nova meta passa a ser de Cr\$ 24 trilhões 600 bilhões (Cr\$ 5 trilhões 250 bilhões a mais do número contido na terceira Carta de Intenções, Cr\$ 19 trilhões 350 bilhões).

Com a alteração, disse o técnico, o Governo procurou ajustar suas contas ao novo patamar de inflação esperado para 1983, algo entre 200 e 220%. No entanto, acrescentou o assessor, o déficit operacional do setor público foi mantido em 2,7% do Produto In-

terior Bruto (PIB) de 83, estimado em Cr\$ 135 trilhões.

POLÍTICA CAMBIAL

Além do déficit público, a Carta Suplementar contempla ainda uma novidade importante, acrescentou o técnico. Trata-se da decisão do Governo, a ser acatada na próxima terça-feira em Washington, pelo "board" do FMI, relativa à paridade entre a correção cambial e a inflação expurgada.

No entender do assessor, tal mudança poderá gerar especulações no mercado financeiro tendo em vista que até outubro último, apesar do expurgo feito no Índice Geral de Preços (IGP) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a

correção cambial estava sendo praticada com base na inflação plena, não expurgada.

Diante disso, concluiu, é possível a ocorrência de turbulências no mercado envolvendo a hipótese de uma nova maxidesvalorização do cruzeiro. Segundo ele, uma taxa de câmbio realista é condição fundamental para o País cumprir o compromisso assumido com o FMI, de obter um saldo comercial de 9 bilhões de dólares no decorrer de 1984. Outro técnico do Governo assinalou que o aperto monetário previsto na carta suplementar envolve alguns riscos, do ponto de vista do ajustamento da economia, pressupondo uma queda rápida e contínua das taxas inflacionárias.